

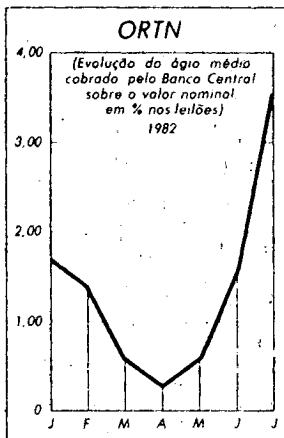
DÍVIDA PÚBLICA

GAZETA MERCANTIL

Um novo perfil com as ORTN

Nos dias 6 e 7 de julho a diretoria da Dívida Pública do Banco Central mudou a fisionomia do open market. Nesses dias, o BC comprou das instituições financeiras todas as LTN que estavam para vencer a partir de 4 de agosto até 6 de outubro e em troca passou a colocar crescentes volumes de ORTN, através de leilões informais ("go-arounds"). Com a última colocação, quinta-feira passada, de 30 milhões de títulos, a quantidade de ORTN adquirida pelas instituições financeiras elevou-se, em um período de apenas vinte dias, a 120 milhões de títulos, provocando uma saída para o Tesouro Nacional de uma importância superior a Cr\$ 200 bilhões.

Esta é a segunda vez que o Banco Central muda o perfil da dívida pública interna e, com isso, também a conjuntura do mercado de títulos públicos. De dezembro a abril o BC esteve empenhado em elevar a quantidade de LTN em



circulação, através de sucessivas elevações das taxas em leilões informais. A ponto de a rentabilidade desse título público de curto prazo exceder a de um CDB de seis meses, de primeira linha.

Retirando do mercado as LTN e ampliando a colocação líquida de ORTN, o Banco Central, em três semanas, além de alongar o perfil da dívida pública interna, veio ao encontro das

preferências do mercado. A declaração do presidente do BC, Carlos Geraldo Langoni, de que as minidesvalorizações do cruzeiro seriam aceleradas, a fim de ser eliminada a brecha entre a correção monetária e a cambial, teve como efeito imediato um interesse maior pelas ORTN e, conseqüentemente, uma crescente elevação dos ágios.

A intenção do Banco Central, pelo que foi declarado, ao colocar mais ORTN em circulação, era derrubar os ágios. Mas a facilidade com que as quantidades foram tomadas pelas empresas, pelos bancos e pelas instituições financeiras, mostra que a expectativa de ganhos sobre as ORTN com cláusula de resgate pela taxa cambial anulou o objetivo perseguido pelo governo. E os ágios continuaram subindo, agora empurrados pelo próprio Banco Central, que passou a cobrar até quase 8% como sobrepreço, na última colocação de ORTN.